

Emendas coletivas podem evitar pulverização de verbas

Tese é defendida pelo líder do governo, José Roberto Arruda, ao anunciar decisão do PSDB de abrir mão das iniciativas individuais dos parlamentares na Comissão de Orçamento



Carlos Bezerra (E) e Sarney Filho dirigem reunião em Porto Alegre, com a presença de Britto

Com o objetivo de evitar a pulverização de recursos do Orçamento, o PSDB decidiu abrir mão das emendas individuais dos parlamentares no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Os senadores e deputados do PSDB continuarão tendo direito de apresentar suas propostas, mas perante o partido, que vai analisá-las e validá-las antes de encaminhar à Comissão de Orçamento, como posição partidária. A decisão foi anunciada ontem, em plenário, pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda. Em aparte, o líder do PT, José Eduardo Dutra, apoiou a idéia. O senador Carlos Bezerra, relator-geral do Orçamento, garantiu que a votação da matéria ocorrerá até 31 de dezembro. Ele participou de cinco reuniões regionais para debater a proposta orçamentária. **Página 3**

PT quer reunião de líderes para definir urgência no exame da reforma agrária

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), anunciou que no próximo dia 8 pretende pedir ao presidente do Senado, José Sarney, a convocação de uma reunião de líderes destinada à definição sobre a urgência na tramitação dos projetos que tratam da reforma agrária. Dutra disse esperar que não seja preciso uma nova tragédia, como a ocorrida em Eldorado de Carajás, para que o Congresso vote tais projetos:

- Quando aconteceu o massacre de Eldorado de Carajás, o Congresso se reuniu, através de suas lideranças, e houve um compromisso, naquele momento, de dar agilidade à tramitação de todos os projetos que tra-

tam da reforma agrária. Só que, depois que o assunto esfriou, se afastou das manchetes, parece que o Congresso voltou à situação de não querer votar essas matérias.

No Senado, tramitam três projetos sobre a reforma agrária. Dois, lembrou o senador, estão na Casa desde maio: o que disciplina a concessão de liminar de reintegração de posse e o que estabelece como prerrogativa do Ministério Público atuar nos conflitos de terra. O outro, mais recente, trata do rito sumário na desapropriação.

Dutra esteve com Sarney, no início do semestre, lembrando o compromisso das lideranças, na ocasião do episódio de Eldorado de Carajás:

- O presidente do Senado disse

que tem cumprido o Regimento, tem colocado as matérias em votação, mas questões relativas à urgência dependem dos líderes. Naquela ocasião, o presidente Sarney assumiu o compromisso de convocar uma reunião com os líderes no sentido de dar agilidade a essas matérias.

UDR

O líder do PT disse ainda que a recriação da União Democrática Ruralista, a UDR, poderá acirrar os ânimos no campo. Para ele, a entidade é claramente à margem da lei e tem uma vinculação explícita com a violência, o que pode provocar um retrocesso no encaminhamento da reforma agrária.

Joel de Hollanda cobra apoio à fruticultura

Página 4

Lobão e Dutra discutem a reeleição

Página 2

Dutra condiciona hipótese da reeleição

Favorável em tese à medida, líder do PT acha que ela deve valer apenas para os próximos governantes, desde que sejam criados mecanismos que evitem uso da máquina do governo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos depende da invenção política de mecanismos que evitem a utilização da máquina pública com objetivo eleitoral. Caso a reeleição venha a ser aprovada, ela deve valer apenas para os próximos governantes, sob pena de ser mais um casuísmo político-eleitoral e de desencadear "cegas de fisiologismo explícito" quando estiver sendo debatida no Congresso Nacional.

Dutra registrou que é favorável à reeleição enquanto princípio democrático, pois tanto o eleitorado deve ter o direito de reeleger os governantes, como estes devem ter o direito de pleitear a manutenção no cargo.

- Há outro princípio das democracias que precisa ser resguardado, que é o da igualdade de competição entre todos os candidatos. E isso, ainda não temos condições de garantir, disse ele.

O senador fez questão de ressaltar que esta é uma opinião pessoal, pois seu partido ainda não firmou nenhuma posição oficialmente. afirmou que, antes de discutir e aprovar a reeleição, é mais importante cuidar de reformas políticas, como a instituição da fidelidade partidária e de um equilíbrio entre votos e cadeiras parlamentares.

- O PFL e o PT tiveram um

número próximo de votos, mas o PFL tem o dobro dos representantes na Câmara dos Deputados. Isso precisa ser revisto, afirmou.

Para José Eduardo Dutra, a reeleição é um tema que domina a atual conjuntura porque foi colocado em discussão, "artificialmente", pelo governo.

- As reformas constitucionais, apregoadas como fundamentais para a sustentação do real, de repente ficaram em segundo plano. Além disso, já há comentários de que a reeleição será proposta apenas para o Presidente, dadas as dificuldades de aprová-la no Senado também para os governadores, disse o senador. Pelo menos vinte senadores são candidatos



José Eduardo Dutra

potenciais aos governos estaduais. Foram mais de cem deputados federais candidatos às prefeituras nas eleições do próximo dia 3 de outubro, que impediram a aprovação da reeleição para prefeitos.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ser favorável ao princípio da rotatividade nos governos federal, estaduais e municipais. Nas próprias hostes governistas, disse, há candidatos potenciais que ficaram em dificuldade pessoal frente à discussão da reeleição presidencial. Ele citou o próprio vice-presidente, Marco Maciel, e os governadores do Ceará e de São Paulo, Tasso Jereissati e Mário Covas. Suplicy relatou

que, em conversa com Fernando Henrique Cardoso, o presidente afirmou que não está convencido da oportunidade da reeleição para prefeitos.

Em outro aparte, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) informou que, em seu partido, as discussões têm consideração de que a reeleição é democrática e é coerente com a tendência de continuidade administrativa registrada nas pesquisas de opinião nas principais capitais do País, em que os atuais prefeitos estão fazendo os seus sucessores. O senador Edison Lobão (PFL-MA), por sua vez, destacou que o ideal seria que a reeleição fosse decidida juntamente com outras reformas políticas necessárias. Ele declarou que, em tese, é também favorável à reeleição, "porque ela depende, fundamentalmente, do eleitor".

Para Lobão, Presidente está dando muita importância à sua recondução

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse não poder deixar de aceitar a posição, de algumas pessoas contrárias à reeleição, de que o presidente da República está dando maior importância à sua própria recondução ao cargo do que a outros temas de natureza política:

- Isso é um fato. Mas, como tese, a reeleição é perfeitamente aceitável.

Segundo Lobão, no mundo civilizado essa solução tem dado certo. O senador disse que há muito tempo defende o entendimento de que o povo, se estiver satisfeito com o desempenho de uma autoridade executiva,



Edison Lobão

deve ter o direito de reconduzi-la ao cargo:

- Na medida em que o presidente da República, o governador ou o prefeito não gover-

ne bem, é claro que o povo não o reconduzirá. Então, a reeleição é uma tese perfeitamente aceitável num País democrático e livre como o nosso.

Lobão disse ainda considerar que é mais importante que o Congresso vote uma ampla reforma política do que apenas parte dela - no caso, a reeleição para cargos executivos. O senador acha, entretanto, que mesmo a reforma política deve ser tratada apenas no ano que vem:

- Mas, desde logo, tratar-se do assunto do ponto de vista intelectual também não causa nenhum dano à atividade política.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

11h - Sessão especial

Pauta: Comemoração da Semana Nacional do Jovem e homenagem ao Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Emenda do PSDB ao Orçamento será coletiva

Arruda anuncia que decisão de abrir mão de emendas individuais visa a incentivar outros partidos para que também adotem este procedimento. Dutra apóia proposta

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou ontem que, conforme deliberação da executiva nacional, o PSDB decidiu abrir mão das emendas individuais ao Orçamento da União para 1997, optando por emendas coletivas, no propósito de dar o primeiro passo para que outros partidos façam o mesmo. O parlamentar pregou a necessidade de o Orçamento ser emendado por iniciativas partidárias coletivas, definindo essa idéia como "uma demonstração de evolução político-democrática". Ele propôs que essas emendas partidárias se limitassem a três vezes o número de parlamentares eleitos por cada partido.

Arruda explicou, também, que, na hipótese de um partido não ter parlamentares eleitos por determinado Estado, essa unidade da Federação não ficaria prejudicada, visto que outros partidos com representantes ali eleitos apresentariam suas emendas. Disse ainda que, dessa forma, via direção nacional, os partidos políticos seriam responsáveis pelo conteúdo e origem de cada emenda apresentada à lei orçamentária.

- Com essa proposta, não só diminuiríamos o número de emendas ao Orçamento, como, também, estaríamos fortalecendo os partidos políticos. Todos sabemos que não há democracia forte sem o fortalecimento dos partidos políticos - disse o líder do governo.

O senador observou, ainda, que a adoção dessa idéia não proibiria os parlamentares de continuarem apresentando emendas individuais. Eles continuariam com suas iniciativas pessoais, mas agora destinadas aos partidos a que são filiados, e não mais à Comissão Mista de Orçamento. Disse também que, dessa forma, o partido re-



José Roberto Arruda

ceptor das emendas é que selecionaria as que deveriam ter a chancela do Congresso Nacional. Em sua opinião, isso facilitaria não só o trabalho da Comissão Mista de Orçamento, mas também o das bancadas estaduais, das comissões temáticas e dos partidos políticos.

- Fugiríamos, assim, da tradição de pulverizar recursos orçamentários e acabaríamos com iniciativas como a desti-

nada à velha ponte de cidade do interior, que nunca se concluiu e que, a cada ano, leva os parlamentares da região a pedirem tostões para concluí-la - observou o parlamentar.

José Roberto Arruda argumentou que o Brasil tem mais de 500 hospitais iniciados e não concluídos, em consequência da pulverização de recursos orçamentários. O líder do governo pediu aos parlamentares que não se acomodem ao instituto fácil das emendas individuais e conclamou todos a aprenderem com a experiência dos anos anteriores, quando a destinação de recursos irrisórios para grandes obras resultava na paralisação das obras.

- O que eu proponho é um exercício importante de convivência democrática e quem ganha com isso é a sociedade - afirmou o senador.

Arruda disse que, ao aprovar essa idéia em reunião da executiva, o PSDB pretende fazer avançar a técnica de elaboração do Orçamento, considerando que essa "é uma questão fundamental até para a imagem do Congresso Nacional". Em sua opinião, se o Brasil fortalecer os partidos políticos, dando-lhes missões e responsabilidades, estará fortalecendo as bases do próprio regime democrático. A executiva do PSDB aprovou a proposta de apresentação de emendas partidárias coletivas partindo de sugestão apresentada pelo próprio Arruda e pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE). Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apoiou a idéia de Arruda, dizendo que "pelo menos neste particular o PT e o PSDB devem convergir".

Bezerra garante que proposta para 97 será votada até 31 de dezembro

"O orçamento da União para 97 será votado até 31 de dezembro conforme estabelece a Constituição", disse ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, acrescentando que o rigoroso cumprimento do prazo constitucional irá contribuir para refletir junto à sociedade a maneira séria com que o Congresso Nacional está tratando do assunto.

Salientando que essa obediência aos prazos significa, também, transparência e seriedade, Carlos Bezerra informou que, no próximo dia 8 de outubro, representantes das lideranças da Câmara e



Carlos Bezerra

lendarário previamente estabelecido ficou prejudicado em decorrência das eleições municipais deste ano.

Sob a presidência do deputado Sarney Filho (PFL-MA), a Comissão Mista de Orçamento concluiu esta semana, em Porto Alegre, a série de cinco audiências públicas por meio das quais a questão orçamentária foi amplamente debatida com lideranças políticas e segmentos da sociedade de todas as regiões do País. "O assunto é da mais alta importância e não poderia deixar de ser tratado de forma aberta e democrática diretamente com o povo", afirmou o deputado.

do Senado estarão reunidos na comissão para discutir o parecer preliminar e definir prazo para apresentação de emendas. Nessa mesma reunião, deverá ser redefinido o cronograma para tramitação do orçamento do próximo ano. Ele disse que o ca-

Hollanda pede atenção para fruticultura

Senador cita dados que mostram importância social do setor: com R\$ 10 mil reais investidos na produção de frutas, podem ser gerados três empregos diretos e dois indiretos

A valorização da agricultura é a forma mais fácil, rápida e barata de se criarem empregos e de se resolverem os graves problemas sociais do País, disse ontem o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) ao comentar a situação dos agricultores brasileiros, discutindo, principalmente, os problemas dos que se dedicam ao ramo da fruticultura.

Citando um estudo elaborado pelo BNDES, o senador informou que, com investimento de R\$ 1 milhão, é possível gerar 46 empregos no setor financeiro, 104 no petroquímico e 405 no agropecuário.

- Com R\$ 10 mil reais investidos em fruticultura, podem ser gerados três empregos diretos e dois indiretos, o que coloca esse setor em um patamar melhor que o da agrope-

cuária em geral, que gera quatro empregos com o mesmo investimento - afirmou o senador.

Do ponto de vista de resultados, o senador observou que a produção de grãos pode obter um faturamento bruto de R\$ 600 por hectare.

Já na produção de frutas esse lucro poderá chegar a R\$ 20 mil com a mesma quantidade de terra plantada.

Para o senador, apesar das vantagens desse tipo de atividade, os produtores nacionais estão passando por um momento delicado, já que sofrem a livre concorrência de frutas importadas, ao mesmo tempo em que se reduz, cada vez mais, o volume das exporta-



Joel de Hollanda

ções.

- No mercado internacional, temos dificuldades em vender os nossos produtos, por duas razões: preço e qualidade. As nossas frutas são caras, não por ser oneroso produzi-las, mas por causa da carga tributária que as afeta - frisou.

Joel de Hollanda disse ainda que o setor vem enfrentando outros problemas em relação às exportações, tais como as taxas cobradas pela Infraero para o embarque das mercadorias; as possíveis mudanças de tarifas de importação, em estudo pela União Europeia; e as barreiras fitossanitárias criadas pelos Estados Unidos, Japão e algumas na-

ções da Europa. O senador apontou outros problemas:

- Não bastassem essas dificuldades, os nossos produtores passaram a enfrentar, internamente, a concorrência das frutas estrangeiras que entram em nosso mercado sem qualquer barreira. O Brasil é o único grande mercado que não impõe restrições ao produto importado: nem restrições alfandegárias, nem restrições fitossanitárias.

Segundo Hollanda, é necessário que haja empenho das autoridades no sentido de levantar as barreiras impostas por outros países às exportações brasileiras e equiparar as regras do nosso comércio às práticas internacionais, além da revisão da carga tributária incidente sobre a produção brasileira.

Suplicy condena postura de Jobim diante de sem-terra

A declaração do ministro da Justiça, Nelson Jobim, de que o governo não deveria mais negociar com o Movimento dos Sem-Terra (MST) porque a entidade "usa a coação para conversar", foi condenada ontem em plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Conforme o senador, é no mínimo de se estranhar que o ministro se mostre à imprensa "assustado" porque o líder do MST,

João Pedro Stedile, usou fotos de Che Guevara e Karl Marx ao dar aulas num acampamento de sem-terra.

- É curioso que o ministro da Justiça do presidente Fernando Henrique Cardoso se assuste com o uso de tais fotos. É bom lembrar que Fernando Henrique já participou de grandes debates sobre Karl Marx e Che Guevara, sendo profundo conhecedor das idéias dos dois líderes -

afirmou.

Eduardo Suplicy disse ainda ter ouvido do presidente da República, no domingo, uma afirmação que contraria totalmente a declaração de Nelson Jobim. O senador disse que Fernando Henrique está considerando a possibilidade de visitar acampamentos de sem-terra, ou seja, o presidente da República não está fechando o diálogo com os sem-terra.



Eduardo Suplicy

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ EDUARDO DUTRA, BELLO PARGA E JOÃO FRANÇA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Antunes

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

■ Diagramação - Osmar Miranda e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia

Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal